

II.1. O SIGNO

II.1.1. O significado e o significante são, na terminologia saussuriana, os componentes do *signo*. Ora, este termo *signo*, presente em vocabulários bem diferentes (da Teologia à Medicina) e de história muito rica (do Evangelho²⁷ à Cibernética), é por isto mesmo bastante ambíguo; além disto, antes de voltarmos à acepção saussuriana, é preciso uma palavrinha a respeito do campo nocional onde ele ocupa um lugar, aliás fluutuante, como veremos. *Signo*, na verdade, insere-se numa série de termos afins e dessemelhantes, ao sabor dos autores: *sinál*, *índice*, *ícone*, *alegoria* são os principais rivais do *signo*. Suponhamos, inicialmente, o elemento comum a todos estes termos: todos eles remetem necessariamente a uma relação entre dois *relata*²⁸; com este traço, não se poderia distinguir então nenhum dos termos da série; para reencontrar uma variação de sentido, é preciso recorrer a outros traços, que serão apresentados aqui sob a forma de uma alternativa (*presença/ausência*): 1) a relação implica, ou não, a representação psíquica de um dos *relata*; 2) a relação implica, ou não, uma analogia entre os *relata*; 3) a ligação entre os dois *relata* (o estímulo e sua resposta) é imediata, ou não o

27. J. P. Charlier: "La notion de signe (σημεῖον) dans le IV^e Évangile", *Rev. des sciences philos. et théol.*, 1959, 43, n.º 3, 434-48.

28. O que exprimiu muito claramente Santo Agostinho: "Um signo é uma coisa que, além da espécie ingerida pelos sentidos, faz vir ao pensamento, por si mesma, qualquer outra coisa."

é; 4) os *relata* coincidem exatamente, ou, ao contrário, um “ultrapassa” o outro; 5) a relação implica, ou não, uma ligação existencial com aquele que dela se utiliza²⁹. Conforme estes traços sejam positivos ou negativos (marcados ou não marcados), cada termo do campo diferencia-se de seus vizinhos; cumpre acrescentar que a distribuição do campo varia de autor para autor, o que acarreta contradições terminológicas; apreenderemos facilmente essas contradições com a apresentação do quadro de encontro dos traços e termos por quatro autores diferentes: Hegel, Peirce, Jung e Wallon (a referência a certos traços, sejam eles marcados ou não-marcados, pode estar ausente em alguns autores):

	<i>sinal</i>	<i>índice</i>	<i>ícone</i>	<i>símbolo</i>	<i>signo</i>	<i>alegoria</i>
1. Representação	Wallon —	Wallon —		Wallon +	Wallon +	
2. Analogia			Peirce +	Hegel + Wallon + Peirce —	Hegel — Wallon —	
3. Imediatiz	Wallon +	Wallon —				
4. Adequação				Hegel — Jung — Wallon —	Hegel + Jung + Wallon +	
5. Existencialidade	Wallon +	Wallon — Peirce +		Peirce — Jung +		Jung —

29. Cf. os *shifters* e símbolos indiciais, *supra*, I, 1, 8.

Vê-se que a contradição terminológica baseia-se essencialmente no *índice* (para Peirce, o índice é existencial e não o é para Wallon) e no *símbolo* (para Hegel e Wallon, há uma relação de analogia — ou de “motivação” — entre os dois *relata* do símbolo, mas não para Peirce); além disto, para Peirce, o símbolo não é existencial, mas o é para Jung. Mas vê-se também que estas contradições — aqui legíveis verticalmente — explicam-se muito bem, ou melhor: compensam-se por translações de termos ao nível de um mesmo autor — translações legíveis aqui horizontalmente: por exemplo, o símbolo é analógico em Hegel por oposição ao signo, o qual não o é; e se não o é em Peirce, é porque o ícone pode recolher o traço. Isto significa que, para resumir e falar em termos semiológicos (o que constitui o interesse deste breve estudo “em abismo”), as palavras do campo só adquirem seu sentido por oposição de umas a outras (ordinariamente por par) e que, se estas oposições são salvaguardadas, o sentido fica sem ambigüidade; particularmente, *sinál* e *índice*, *símbolo* e *signo* são os functivos de duas funções diferentes, que podem, elas próprias, entrar em oposição geral, como em Wallon, cuja terminologia é a mais completa e a mais clara ³⁰, ficando *ícone* e *alegoria* confinados ao vocabulário de Peirce e Jung. Diremos então, a exemplo de Wallon, que o *sinál* e o *índice* formam um grupo de *relata* desprovidos de representação psíquica, enquanto no grupo inverso, *símbolo* e *signo*, esta representação existe; que, além disto, o *sinál* é imediato e existencial, diante do *índice* que não o é (ele é apenas um vestígio); enfim, que, no *símbolo*, a representação é analógica e inadequada (o Cristianismo “ultrapassa” a cruz), diante do *signo*, no qual a relação é imotivada e exata (não há analogia alguma entre a palavra *boi* e a imagem *boi*, que é perfeitamente coberta por seu *relatum*).

30. H. WALLON: *De l'acte à la pensée*, 1942, pp. 175-250.

II.1.2. Em Lingüística, a noção de signo não provoca competição entre termos vizinhos. Para designar a relação significante, Saussure eliminou imediatamente *símbolo* (porque o termo comportava uma idéia de motivação) em proveito de *signo*, definido como a união de um significante e de um significado (à maneira de anverso e verso de uma folha de papel), ou ainda de uma imagem acústica e de um conceito. Até que Saussure encontrasse as palavras *significante* e *significado*, *signo* permaneceu, no entanto, ambíguo, pois tinha tendência a confundir-se com o significante apenas, o que Saussure queria evitar a qualquer custo; depois de ter hesitado entre *soma e sema*, *forma e idéia imagem e conceito*, Saussure fixou-se em *significante* e *significado*, cuja união forma o signo; eis uma proposição capital e a que é sempre preciso voltar, pois há uma tendência a tomar *signo* por significante, quando se trata de uma realidade bifacial; a consequência (importante) é que, pelo menos para Saussure, Hjelmslev e Frei, como os significados fazem parte dos signos, a Semântica deve fazer parte da Lingüística Estrutural, enquanto, para os mecanistas americanos, os significados são substâncias que devem ser expulsas da Lingüística e dirigidas para a Psicologia. A partir de Saussure, a teoria do signo lingüístico enriqueceu-se com o princípio da *dupla articulação*, cuja importância foi mostrada por Martinet, a ponto de torná-la o critério definicional da linguagem: entre os signos lingüísticos, é preciso, com efeito, separar as *unidades significativas*, cada uma das quais está provida de um sentido (as “palavras”, ou para ser mais exato, os “monemas”), e que formam a primeira articulação, das *unidades distintivas*, que participam da forma mas não têm diretamente um sentido (os “sons”, ou melhor, os “fonemas”), e que constituem a segunda articulação; é a dupla articulação que explica a economia da linguagem humana; constitui, na verdade, uma espécie de poderosa desmultiplicação que faz com que o

espanhol da América, por exemplo, com apenas 21 unidades distintas, possa produzir 100.000 unidades significativas.

II.1.3. O signo é, pois, composto de um significante e um significado. O plano dos significantes constitui o *plano de expressão* e o dos significados o *plano de conteúdo*. Em cada um destes dois planos, Hjelmslev introduziu uma distinção importante talvez para o estudo do signo semiológico (e não mais lingüístico apenas); cada plano comporta, de fato, para Hjelmslev, dois *strata*: a *forma* e a *substância*; é preciso insistir na nova definição destes dois termos, pois cada um tem um denso passado lexical. A *forma* é o que pode ser descrito exaustiva, simples e coerentemente (critérios epistemológicos) pela Lingüística, sem recorrermos a nenhuma premissa extralingüística; a *substância* é o conjunto dos aspectos dos fenômenos lingüísticos que não podem ser descritos sem recorrermos a premissas extralingüísticas. Como estes dois *strata* se reencontram no plano da expressão e no do conteúdo, teremos então: 1) uma substância da expressão: por exemplo, a substância fônica, articulatória, não-funcional, de que se ocupa a Fonética e não a Fonologia; 2) uma forma da expressão, constituída pelas regras paradigmáticas e sintáticas (observaremos que uma mesma forma pode ter duas substâncias diferentes, uma fônica, outra gráfica); 3) uma substância de conteúdo: por exemplo, os aspectos emotivos, ideológicos ou simplesmente nocionais do significado, seu sentido "positivo"; 4) uma forma do conteúdo: a organização formal dos significados entre si, por ausência ou presença de uma marca semântica³¹; esta última noção é delicada de se perceber, em virtude da impossibilidade em que nos encontramos, diante da linguagem humana, de separar os significados dos

31. Embora muito rudimentar, a análise aqui dada, *supra*, II, 1, 1, concerne à *forma* dos significados "signo", "símbolo", "índice", "sinal".

significantes; mas, por isso mesmo, a subdivisão *forma/substância* pode novamente tornar-se útil e fácil de se manejar, em Semiologia, nos seguintes casos: 1) quando nos achamos diante de um sistema em que os significados são substantivados numa substância diversa da de seu próprio sistema (é, como vimos, o caso da moda escrita); 2) quando um sistema de objetos comporta uma substância que não é imediata e funcionalmente significativa, mas pode ser, em certo nível, simplesmente utilitária: tal prato serve para significar uma situação mas também para alimentar-se.

II.1.4. Isto permite talvez prever a natureza do signo semiológico com relação ao signo lingüístico. O signo semiológico também é, como seu modelo, composto de um significante e um significado (a cor de um farol, por exemplo, é uma ordem de trânsito no código rodoviário), mas dele se separa no nível de suas substâncias. Muitos sistemas semiológicos (objetos, gestos, imagens³²) têm uma substância da expressão cujo ser não está na significação: são, muitas vezes, objetos de uso, derivados pela sociedade para fins de significação: a roupa serve para nossa proteção, a comida para nossa alimentação, ainda quando, na verdade, sirvam também para significar. Proporemos denominar estes signos semiológicos — de origem utilitária, funcional — *funções-signos*. A função-signo é a testemunha de um duplo movimento que cumpre analisar. Num primeiro tempo (esta decomposição é puramente operatória e não implica uma temporalidade real), a função penetra-se de sentido; tal semantização é fatal: *desde que haja sociedade, qualquer uso se converte em signo desse uso*: o uso da capa de chuva é proteger da chuva, mas este uso é indissociável do próprio signo de certa

32. Na verdade, o caso da imagem deveria ficar reservado, pois a imagem é imediatamente "comunicante", quando não significativa.

situação atmosférica; como nossa sociedade produz apenas objetos padronizados, normalizados, esses objetos são fatalmente execuções de um modelo, as palavras de uma língua, as substâncias de uma forma significante; para reencontrarmos um objeto insignificante, seria preciso imaginar um utensílio absolutamente improvisado e que em nada se aproxima de um modelo existente (Claude Lévi-Strauss mostrou quanto a “*bricole*”³³ é, ela própria, busca de um sentido): hipótese praticamente irrealizável em qualquer sociedade. Esta semantização universal de usos é capital: traduz o fato de que só existe real quando inteligível e deveria levar a confundir, finalmente, Sociologia e Sócio-Lógica³⁴. Mas uma vez que o signo esteja constituído, a sociedade pode muito bem refuncionalizá-lo, falar dele como de um objeto de uso: trataremos de um casaco de pele como se ele não servisse senão para proteger-nos do frio; esta funcionalização recorrente, que tem necessidade de uma segunda linguagem para existir, não é absolutamente a mesma que a primeira funcionalização (puramente ideal, aliás): a função reapresentada, essa corresponde a uma segunda instituição semântica (disfarçada), que é da ordem da conotação. A função-signo tem pois — provavelmente — um valor antropológico, já que é a própria unidade em que se estabelecem as relações entre o técnico e o significante.

33. O termo *bricole* — bem como *bricoler*, *bricolage*, *bricoleur* — tem aqui um sentido especial, intraduzível em português. O *bricoleur* é aquele que trabalha sem plano previamente determinado, com recursos e processos que nada têm a ver com a tecnologia normal; não trabalha com *matérias-primas*, mas já elaboradas, com pedaços e sobras de outras obras (cf. Claude Lévi-Strauss, *La pensée sauvage* — Librairie Plon — Paris — 1962). (N. do T.)

34. Cf. R. BARTHES: “A propos de deux ouvrages récents de Cl. Lévi-Strauss: Sociologie et Socio-Logique”, in: *Information sur les sciences sociales* (Unesco), Vol. 1, n.º 4, dez. 1962, 114-22.

II.2. O SIGNIFICADO

II.2.1. Em Lingüística, a natureza do significado deu lugar a discussões sobretudo referentes a seu grau de “realidade”; todas concordam, entretanto, quanto a insistir no fato de que o significado não é uma “coisa”, mas uma representação psíquica da “coisa”; vimos que, na definição do signo de Wallon, esse caráter representativo constituía um traço pertinente do signo e do símbolo (por oposição ao índice e ao sinal); o próprio Saussure notou bem a natureza psíquica do significado ao denominá-lo *conceito*: o significado da palavra *boi* não é o animal *boi*, mas sua imagem psíquica (isto será importante para acompanhar a discussão acerca da natureza do signo³⁵). Essas discussões permanecem todavia impregnadas de psicologismo; preferiremos seguir talvez a análise dos Estóicos³⁶; estes distinguem cuidadosamente a *φαντασία λογική* (a representação psíquica), *τυγχάνον* (a coisa real) e o *λεκτόν* (o “dizível”); o significado não é nem a *φαντασία*, e nem o *τυγχάνον*, mas sim o *λεκτόν*; não sendo nem ato de consciência nem realidade, o significado só pode ser definido dentro do processo de significação, de uma maneira praticamente tautológica: é este “algo” que quem emprega o signo entende por ele. Voltamos assim justamente a uma definição puramente funcional: o significado é um dos dois *relata* do signo; a única diferença que o opõe ao significante é que este é um mediador. No essencial, a situação não poderia ser diferente em Semiologia, em que objetos, imagens, gestos etc., tanto quanto sejam significantes, remetem a algo que só é dizível por meio deles, salvo esta circunstância segundo a qual os signos da língua podem encarregar-se do significado semiológico; diremos, por exemplo, que tal suéter

35. Cf. *infra*, II, 4, 2.

36. Discussão retomada por: Borgeaud, Bröcker e Lohmann, in: *Acta linguistica*, III, 1, 27.

significa *os longos passeios de outono nos bosques*; neste caso, o significado não é somente mediatizado por seu significante indumentário (*o suéter*), mas também por um fragmento de palavra (o que é uma grande vantagem para manejá-lo); poderíamos dar o nome de *isologia* ao fenômeno pelo qual a língua “cola”, de modo indiscernível e indissociável, seus significantes e significados, de maneira a reservarmos o caso dos sistemas não-isólogos (sistemas fatalmente complexos), em que o significado pode simplesmente ser *justaposto* a seu significante.

II.2.2. Como classificar os significados? Sabemos que, em Semiologia, esta operação é fundamental, pois que resulta em isolar a *forma* do conteúdo. Quanto aos significados lingüísticos, podemos conceber duas espécies de classificações; a primeira é externa e apela para o conteúdo “positivo” (e não puramente diferencial) dos conceitos: é o caso dos agrupamentos metódicos de Hallig e Wartburg³⁷ e, mais convincentemente, dos campos nocionais de Trier e dos campos lexicológicos de Matoré³⁸; mas, de um ponto de vista estrutural, essas classificações (sobretudo as de Hallig e Wartburg) têm o defeito de apoiar-se ainda demais na *substância* (ideológica) de significados, não na sua *forma*. Para chegar a estabelecer uma classificação verdadeiramente formal, seria necessário chegar a reconstituir oposições de significados e a isolar em cada uma delas um traço pertinente (comutável)³⁹; este método foi preconizado por Hjelmslev, Sörensen, Prieto e Greimas; Hjelmslev, por exemplo, decompõe um monema como “égua” em duas unidades de sentido menores: “cavalo” + “fêmea”, unidades que podem

37. R. HALLIG e W. VON WARTBURG: *Begriffssystem als Grundlage für die Lexicographie*, Berlim, Akademie Verlag, 1952, 4.º, XXV, p. 140.

38. Encontrar-se-á a bibliografia de Trier e Matoré em: P. GUIRAUD: *La Sémantique*, P. U. F. (“Que Sais-je?”), p. 70 e ss.

39. É o que tentamos fazer aqui para *signo e símbolo* (*supra*, II, 1, 1).

comutar e servir, conseqüentemente, para a reconstituição de novos monemas (“porco” + “fêmea” = “porca”, “cavalo” + “macho” = “garanhão”); Prieto vê em “vir” dois traços comutáveis: “homo” + “masculus”; Sörensen reduz o léxico do parentesco a uma combinação de “primitivos” (“pai” = parente macho, “parente” = ascendente em primeiro grau). Nenhuma dessas análises foi ainda desenvolvida⁴⁰. É preciso lembrar enfim que, para certos lingüistas, os significados não fazem parte da Lingüística, a qual deve ocupar-se apenas de significantes, e que a classificação semântica está fora das tarefas da Lingüística.⁴¹

II.2.3. A Lingüística Estrutural, por mais avançada que esteja, não edificou ainda uma Semântica, isto é, uma classificação das *formas* do *significado verbal*. Imaginamos facilmente, pois, que não se possa propor atualmente uma classificação dos significados semiológicos, salvo se recorrermos a campos nocionais conhecidos. Arriscaremos apenas três observações. A primeira concerne ao modo de atualização dos significados semiológicos; estes podem apresentar-se ou não de modo isológico; no segundo caso, são sustentados, por meio da linguagem, articulada, seja por uma palavra (*week-end*), seja por um grupo de palavras (*longos passeios no campo*); ficam, desde então, mais fáceis de se manejar, já que o analista não é obrigado a impor-lhes sua própria metalinguagem, mas mais perigosos também, pois reconduzem incessantemente à classificação semântica da própria língua (desconhecida aliás), e não a uma classificação cujo fundamento estivesse no sistema observado; os significados da moda,

40. Exemplos dados por G. MOUNIN: “Les analyses sémantiques”, in: *Cahiers de l'Inst. de science économique appliquée*, março, 1962, n.º 123.

41. Seria bom adotar doravante a distinção proposta por A. J. GREIMAS: *Semântica* = quando se refere ao conteúdo; *Semiologia* = quando se refere à expressão.

ainda que mediatizados pela palavra do jornal, não se distribuem por força como os significados da língua, visto que justamente não têm sempre o mesmo “comprimento” (aqui uma palavra, lá uma frase); no primeiro caso, o dos sistemas isológicos, o significado não tem senão seu significante típico como materialização; só podemos manejá-lo impondo-lhe uma metalinguagem; interrogaremos, por exemplo, indivíduos acerca da significação que atribuem a um trecho de música, submetendo-lhes uma lista de significados verbalizados (*angustiado, tempestuoso, sombrio, atormentado* etc.)⁴²; quando, na realidade, todos esses signos verbais formam um só significado musical, que deveríamos designar por um número único apenas, o qual não implicaria nenhum recorte verbal ou conversão metafórica. Essas metalinguagens, provenientes aqui do analista e lá do próprio sistema, são inevitáveis, sem dúvida e é o que torna ainda problemática a análise dos significados ou análise ideológica; será necessário pelo menos situar teoricamente seu lugar no projeto semiológico. A segunda observação concerne à extensão dos significados semiológicos; o conjunto dos significados de um sistema (já formalizado) constitui uma grande função; ora, é provável que, de um sistema a outro, as grandes funções semânticas não só se comuniquem entre si, mas ainda se recubram parcialmente; a forma dos significados do vestuário é sem dúvida, em parte, a mesma que a dos significados do sistema alimentar, ambas articuladas sobre a grande oposição entre o trabalho e a festa, entre a atividade e o lazer; impõe-se prever então uma descrição ideológica total, comum a todos os sistemas de uma mesma sincronia. Finalmente — esta será a terceira observação —, podemos considerar que a cada sistema de significantes (léxicos) corresponde, no plano dos significados, um corpo de práticas e

42. Cf. R. FRANCÈS: *La perception de la musique*, Vrin, 1958, 3.^a parte.

técnicas; esses corpos de significados implicam, por parte dos consumidores de sistemas (isto é, “leitores”), diferentes saberes (segundo as diferenças de “cultura”), o que explica que uma mesma lexia (ou grande unidade de leitura) possa ser diferentemente decifrada segundo os indivíduos, sem deixar de pertencer a certa “língua”; vários léxicos — e, portanto, vários corpos de significados — podem coexistir num mesmo indivíduo, determinando, em cada um, leituras mais ou menos “profundas”.

II.3. O SIGNIFICANTE

II.3.1. A natureza do significante sugere, de um modo geral, as mesmas observações que a do significado: é um puro *relatum*, não se pode separar sua definição da do significado. A única diferença é que o significante é um mediador: a matéria é-lhe necessária; mas, de um lado, não lhe é suficiente e, de outro lado, em Semiologia, o significado também pode ser substituído por certa matéria: a das palavras. Essa materialidade do significante obriga mais uma vez a distinguir bem *matéria* e *substância*: a substância pode ser imaterial (no caso da substância do conteúdo); pode-se dizer, pois, somente que a substância do significante é sempre material (sons, objetos, imagens). Em Semiologia, em que vamos tratar de sistemas mistos que envolvem diferentes matérias (som e imagem, objeto e escrita etc.), seria bom reunir todos os signos, *enquanto transportados por uma única e mesma matéria*, sob o conceito de *signo típico*: o signo verbal, o signo gráfico, o signo icônico, o signo gestual formariam, cada um deles, um signo típico.

II.3.2. A classificação dos significantes não é outra senão a estruturação propriamente dita do sistema. Trata-se de recortar a mensagem “sem fim”, constituída pelo conjunto das mensagens emitidas no nível do corpo estudado, em unidades

significantes mínimas com o auxílio da prova de comutação ⁴³, agrupar essas unidades em classes paradigmáticas e classificar as relações sintagmáticas que ligam essas unidades. Tais operações constituem uma parte importante da empresa semiológica de que trataremos no capítulo III; só por lembrança citamo-las agora. ⁴⁴

II.4. A SIGNIFICAÇÃO

II.4.1. O signo é uma fatia (bifacial) de sonoridade, visualidade etc. A *significação* pode ser concebida como um processo; é o ato que une o significante e o significado, ato cujo produto é o signo. Claro, esta distinção só tem valor classificatório (e não fenomenológico): primeiro, porque a união de significante e significado não esgota, como veremos, o ato semântico, já que o signo vale também por seus contornos; em seguida, porque sem dúvida o espírito, para significar, não procede por conjunção, mas, como veremos, por recorte ⁴⁵: na verdade, a significação (*semiosis*) não une seres unilaterais, não aproxima dois termos, pela simples razão de que significante e significado são, cada um por seu turno, termo e relação ⁴⁶. Esta ambigüidade embaraça a representação gráfica da significação, necessária, no entanto, ao discurso semiológico. A este respeito, notaremos as seguintes tentativas:

- 1) $\frac{Se^{47}}{So}$. Em Saussure, o signo apresenta-se, demonstrativamente, como a extensão vertical de uma situação *profunda*: na língua, o significado, de certo modo, está *atrás* do significante

43. Cf. *infra*, III, 2, 3.

44. Cf. *infra*, cap. III (Sistema de Sintagma).

45. Cf. *infra*, II, 5, 2.

46. Cf. R. ORTIGUES: *Le discours et le symbole*, Aubier, (1962).

47. Se = significante, So=significado. (N. do T.)

e só pode ser atingido através dele, ainda que, de um lado, falte a essas metáforas, muito espaciais, a natureza dialética da significação e, de outro lado, o fecho do signo não seja aceitável senão para os sistemas francamente descontínuos, como a língua.

2) *ERC*. Hjelmslev preferiu uma representação puramente gráfica: há relação (R) entre o plano de expressão (E) e o plano de conteúdo (C). Esta fórmula permite explicar, economicamente e sem falsificação metafórica, as metalinguagens ou sistemas obtidos: E R (ERC).⁴⁸

3) $\frac{S}{s}$. Lacan, retomado por Laplanche e Leclaire⁴⁹, utiliza um grafismo espacializado, diferente entretanto da representação saussuriana em dois pontos: 1) o significante (S) é global, constituído por uma cadeia de níveis múltiplos (cadeia metafórica): significante e significado estão numa ligação fluante e só “coincidem” por certos pontos de ancoragem; 2) a barra de separação entre o significante (S) e o significado (s) tem um valor próprio (que não tinha, evidentemente, em Saussure): representa o recalçamento do significado.

4) $SE \equiv So$. Finalmente nos sistemas não-isólogos (isto é, nos quais os significados são materializados por meio de outro sistema), é lícito, evidentemente, estender a relação sob a forma de uma equivalência (\equiv), mas não de uma identidade ($=$).

II.4.2. Vimos que tudo o que se poderia dizer do significante é que este seria um mediador (material) do significado. De que natureza é esta mediação? Em Linguística, tal problema deu lugar a discussão: discussão principalmente terminológica, pois, na realidade, as coisas são bastante claras (não o serão

48. Cf. *infra*, cap. IV.

49. J. LAPLANCHE e S. LECLAIRE: “L’inconscient”, in: *Temps Modernes*, n.º 183, julho, 1963, p. 81 e ss.

tanto em Semiologia, talvez). A partir do fato de que, na linguagem humana, a escolha de sons não nos é imposta pelo próprio sentido (o *boi* em nada leva ao som *boi*, pois esse som é diferente em outras línguas), Saussure havia falado de uma relação *arbitrária* entre o significante e o significado. Benveniste contestou a palavra⁵⁰; o que é arbitrário é a relação entre o significante e a “coisa” significada (entre o som *boi* e o animal *boi*); mas, já o vimos, para o próprio Saussure, o significado não é a “coisa” e sim a representação psíquica da coisa (*conceito*); a associação entre o som e a representação psíquica é o fruto de uma preparação coletiva (por exemplo, da aprendizagem da língua francesa); esta associação — que é a significação — não é absolutamente arbitrária (francês algum tem liberdade para modificá-la), mas, muito ao contrário, necessária. Propôs-se dizer então que, em Lingüística a significação é *imotivada*; trata-se de uma imotivação parcial, aliás (Saussure fala de uma analogia relativa): do significado ao significante, há certa motivação no caso (restrito) das onomatopéias, como o veremos daqui a pouco, e sempre que uma série de signos é estabelecida pela língua por imitação de certo protótipo de composição ou derivação: é o caso dos signos chamados proporcionais: *pereira*, *laranjeira*, *mangueira* etc., uma vez estabelecida a imotivação entre seu radical e seu sufixo, apresentam uma analogia de composição. Diremos, pois, que na língua, de um modo geral, o liame entre o significante e o significado é contratual em seu princípio, mas esse contrato é coletivo, inscrito numa temporalidade longa (Saussure diz que “*a língua é sempre uma herança*”), e, conseqüentemente, *naturalizado*, de certo modo; Claude Lévi-Strauss, igualmente, precisa que o signo lingüístico é arbitrário *a priori* mas não arbitrário *a posteriori*. Esta discussão inclina a prever dois termos diferentes, úteis quando da extensão

50. E. BENVENISTE: “Nature du signe linguistique”, *Acta linguistica*, I, 1939.

semiológica: diremos que um sistema é arbitrário quando seus signos se fundam não por contrato mas por decisão unilateral: na língua, o signo não é arbitrário, mas o é na moda; e diremos que um signo é *motivado* quando a relação entre seu significante e seu significado é analógica (Buysens propôs para os signos motivados: *semas intrínsecos*, e para os signos imotivados: *semas extrínsecos*); poderemos ter então sistemas arbitrários e motivados; outros não-arbitrários e imotivados.

II.4.3. Em Lingüística, a motivação está circunscrita ao plano parcial da derivação ou da composição; para a Semiologia, ao contrário, colocará problemas mais gerais. De um lado, é possível que, afora a língua, se encontrem sistemas altamente motivados e será necessário então estabelecer a maneira pela qual a analogia se torna compatível com o descontínuo, o qual parece até aqui necessário à *significação*; e, em seguida, como podem estabelecer-se séries paradigmáticas (portanto de termos pouco numerosos e finitos), quando os significantes são *analoga*: será, sem dúvida, o caso das “imagens”, cuja semiologia, por tais razões, está longe de se estabelecer; por outro lado, é infinitamente provável que o inventário semiológico revele a existência de sistemas impuros, que comportam ou motivações muito frouxas, ou motivações penetradas, se se pode dizer assim, de imotivações secundárias, como se o signo, muitas vezes, se oferecesse a uma espécie de conflito entre o motivado e o imotivado; já é um pouco o caso da mais “motivada” zona da língua, a zona das onomatopéias; Martinet observou⁵¹ que a motivação onomatopáica se acompanhava de uma perda da dupla articulação (*ai*, que depende somente da segunda articulação, substitui o sintagma duplamente articulado: *está doendo*); entretanto, a onomatopéia da dor não é exatamente a mesma em português (*ai*) e em dina-

51. A. Martinet: *Économie des changements phonétiques*, Francke, 1955, 5, 6.

marquês (*au*), por exemplo; é que, na verdade, a motivação se submete aqui, de certo modo, a modelos fonológicos evidentemente diferentes conforme as línguas: há impregnação do analógico pelo digital. Afora a língua, os sistemas problemáticos, como a “linguagem” das abelhas, oferecem a mesma ambigüidade: os giros de colheita de alimento têm um valor vagamente analógico; a dança na prancha de vôo é francamente motivada (orientação da fonte de alimento), mas a dança buliçosa em forma de 8 é totalmente imotivada (remete a uma distância).⁵² Enfim, último exemplo dessas “incertezas”,⁵³ certas marcas de fábrica utilizadas pela publicidade são constituídas por figuras perfeitamente “abstratas” (não-analógicas); podem entretanto “desprender” certa impressão (por exemplo, a “potência”), que está numa relação de afinidade com o significado: a marca Berliet (um círculo fortemente flechado) em nada “copia” a potência — como “copiar” aliás a potência? — mas a sugere, todavia, por uma analogia latente; reencontraríamos a mesma ambigüidade nos signos de certas escritas ideográficas (o chinês, por exemplo). O encontro do analógico e do não-analógico parece, pois, indiscutível, no próprio seio de um sistema único. A Semiologia, entretanto, não poderá contentar-se com uma descrição que reconheça o compromisso sem procurar sistematizá-lo; não pode admitir um diferencial contínuo, pois o sentido é articulação, como veremos. Esses problemas não foram ainda estudados pormenorizadamente e não poderíamos dar uma visão geral deles. A economia — antropológica — da significação, no entanto, adivinha-se: na língua, por exemplo, a motivação (relativa) introduz certa ordem ao nível da primeira articulação (significativa): o “contrato” é então sustentado aqui por certa naturalização desse arbitrário

52. Cf. G. MOUNIN: “Communication linguistique humaine et communication non-linguistique animale”, in: *Temps Modernes*, abril-maio, 1960.

53. Outro exemplo: o código rodoviário.

apriorístico de que fala Claude Lévi-Strauss; outros sistemas, ao contrário, podem ir da motivação à imotivação: por exemplo, o jogo das estatuetas rituais de iniciação dos Senufo, citado por Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem*. É provável, pois, que, ao nível da Semiologia mais geral, de ordem antropológica, estabeleça-se uma espécie de *circularidade* entre o analógico e o imotivado: há uma dupla tendência (complementar) de naturalizar o imotivado e intelectualizar o motivado (isto é, culturalizá-lo). Certos autores, enfim, asseguram que o próprio digitalismo, que é o rival do analógico, sob sua forma pura, o binarismo, é, ele próprio, uma “reprodução” de certos processos fisiológicos, se é verdade que a vista e o ouvido funcionam de fato por seleções alternativas.⁵⁴

II.5. O VALOR

II.5.1. Dissemos, ou deixamos entender pelo menos, que era uma abstração bastante arbitrária (mas inevitável) tratar do signo “em si”, como somente a união do significante e o significado. Impõe-se, para terminar, considerar o signo não mais por sua “composição” mas por seus “contornos”: é o problema do *valor*. Saussure não viu de imediato a importância desta noção, mas, a partir do segundo Curso de Lingüística Geral, concedeu-lhe uma reflexão sempre mais aguda e o valor tornou-se para ele conceito essencial, mais importante afinal do que o de significação (que ele não recobre). O valor tem uma estreita relação com a noção de língua (oposta à fala); leva a despsicologizar a Lingüística e a aproximá-la da Economia; êle é, pois, central em Lingüística Estrutural. Na maioria das ciências, observa Saussure,⁵⁵

54. Cf. *infra*, III, 3, 5.

55. SAUSSURE, *Cours de Linguistique Générale*, p. 115. [*Curso de Lingüística Geral*, trad. de Antonio Chelini, Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. S. Paulo, Cultrix — Ed. da USP, 1969, p. 94].

não há dualidade entre a diacronia e a sincronia: a Astronomia é uma ciência sincrônica (embora os astros mudem); a Geologia é uma ciência diacrônica (ainda que possa estudar os estados fixos); a História é sobretudo diacrônica (sucessão de acontecimentos), embora possa deter-se em certos “quadros”⁵⁶. Há uma ciência, entretanto, em que essa dualidade igualmente se impõe: a Economia (a Economia Política distingue-se da História Econômica); o mesmo acontece, prossegue Saussure, para a Lingüística; é que, nos dois casos, estamos lidando com um sistema de equivalência entre duas coisas diferentes: um trabalho e um salário, um significante e um significado (eis o fenômeno que até agora temos chamado de *significação*); todavia, tanto em Lingüística como em Economia, esta equivalência não é solitária, pois, se mudarmos um de seus termos, pouco a pouco todo o sistema muda. Para que haja signo (ou “valor” econômico) é preciso, portanto, poder *permutar* coisas dessemelhantes (um trabalho e um salário, um significante e um significado) e, por outro lado, *comparar* coisas similares entre si: pode-se trocar uma nota de Cr\$ 5.000,00 por pão, sabão ou cinema, mas pode-se também comparar essa nota com notas de Cr\$ 10.000,00, de Cr\$ 50.000,00 etc.; do mesmo modo, uma “palavra” pode ser “trocada” por uma idéia (isto é, o dessemelhante), mas pode ser comparada com outras palavras (isto é, o similar): em inglês, *mutton* não extrai seu valor senão da coexistência com *sheep*; o sentido só se fixa realmente a partir desta dupla determinação: significação e valor. O valor não é então a significação; provém, diz Saussure⁵⁷, “*da situação recíproca das peças da língua*”; é até mais importante do que a significação: “*o que há de idéia ou de matéria fônica em um signo importa*

56. Seria preciso lembrar que, a partir de Saussure, a própria História descobriu também, a importância das estruturas sincrônicas? Economia, Lingüística, Etnologia e História formam atualmente um *quadrivium* de ciências-piloto.

57. SAUSSURE, in: R. Godel, *op. cit.*, p. 90.

menos do que há a seu redor nos outros signos”⁵⁸; frase profética, se pensarmos que ela já fundava a homologia Lévi-straussiana e o princípio das taxinomias. Depois de termos assim distinguido bem, com Saussure, significação e valor, vemos logo que, se retomarmos os *strata* de Hjelmslev (substância e forma), a significação participará da substância do conteúdo e o valor de sua forma (*mutton* e *sheep* estão numa relação paradigmática, enquanto *significados*, e não, é claro, enquanto *significantes*).

II.5.2. Para explicar o duplo fenômeno de *significação* e de *valor*, Saussure servia-se da imagem de uma folha de papel: recortando-a, obtêm-se, de um lado, diversos pedaços (A, B, C), cada um dos quais tem um *valor* com relação a seus vizinhos, e, de outro lado, cada um desses pedaços tem um anverso e um verso, *que foram recortados ao mesmo tempo* (A-A', B-B', C-C'): é a *significação*. Esta imagem é preciosa, pois leva a conceber a produção do sentido de maneira original, não mais como tão-só a correlação entre um significante e um significado, mas talvez, mais essencialmente, como *um ato de recorte simultâneo* de duas massas amorfas, de dois “reinos flutuantes”, como diz Saussure; com efeito, Saussure imagina que, na origem (de todo teórica) do sentido, as idéias e os sons formam duas massas flutuantes, lábeis, contínuas e paralelas, de substâncias; o sentido intervém quando se recorta ao mesmo tempo, de uma só vez, estas duas massas: os signos (assim produzidos) são, pois, *articuli*; entre estes dois caos, o sentido é então uma ordem, mas essa ordem é essencialmente *divisão*: a língua é um objeto intermediário entre o som e o pensamento: consiste em *unir um e outro, decompondo-os simultaneamente*; e Saussure adianta uma nova

58. *Ib.*, p. 166. — Saussure pensa evidentemente na comparação entre os signos, não no plano da sucessão sintagmática, mas no das reservas virtuais paradigmáticas, ou campos associativos.

imagem: significado e significante são como dois lençóis superpostos, um de ar e o outro de água; quando a pressão atmosférica muda, o lençol de água se divide em ondas: do mesmo modo, o significante é dividido em *articuli*. Estas imagens, tanto a da folha de papel como a das ondas, permitem insistir num fato capital (para a seqüência das análises semiológicas): a língua é o domínio das *articulações* e o sentido é recorte, antes de tudo. Segue-se que a tarefa futura da Semiologia é muito menos estabelecer léxicos de objetos do que reencontrar as articulações a que os homens submetem o real; diremos, utopicamente, que Semiologia e Taxinomia, embora não tenham nascido ainda, serão talvez chamadas um dia a absorver-se numa nova ciência, a Artrologia ou ciência das repartições.